

Outras Paisagens - Projetos de Arquitetura Paisagista, Lda.

Rua Dr. António Martins, n.º 39 - R/Chão | 1070-092 Lisboa

Tel.: 21 363 12 57

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	ANTECEDENTES DO PROJETO	5
3.	DESCRIÇÃO DO PROJETO	7
3.1.	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	7
3.2.	OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO	7
3.3.	CARATERÍSTICAS DO PROJETO	8
3.3.1.	ADEQUAÇÃO ÀS INFRAESTRUTURAS E REDES EXISTENTES	10
3.4.	PROGRAMAÇÃO TEMPORAL	14
4.	CONFORMIDADE DO PROJETO DE EXECUÇÃO COM A DIA	15
5.	ALTERAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO EP A PE	15
6.	CONFORMIDADE DO PROJETO COM A DIA	16
7.	CONCLUSÕES	17

Lista de Siglas e Acrónimos

ATU	Armário de Telecomunicações da Urbanização
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
CMP	Câmara Municipal de Portimão
CA	Comissão de Avaliação
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
DIA	Declaração de Impacte Ambiental
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
EP	Estudo Prévio
MT	Média Tensão
PE	Projeto de Execução
PDM	Plano Diretor Municipal
PIP	Projeto de Integração Paisagística
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PGAO	Plano de Gestão Ambiental de Obra
PGR	Plano de Gestão de Resíduos
PPGRCD	Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição
PTD	Posto de Transformação e Distribuição
PE	Projeto de Execução
RECAPE	Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
RJAIA	Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental
TER	Turismo em Espaço Rural

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Resumo Não Técnico do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) do Projeto de Execução do “Projeto do Empreendimento de Turismo em Espaço Rural (TER) – Quinta da Rocha”**.

O projeto em análise foi submetido a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), em fase de Estudo Prévio, tendo sido emitida Declaração de Impacte Ambiental (DIA), com parecer **favorável condicionada**, a 22 de novembro de 2019. O RECAPE foi elaborado após o desenvolvimento do projeto ao nível do Projeto de Execução (PE).

O RECAPE é constituído pelos seguintes elementos:

- Volume I – Resumo Não Técnico;
- Volume II – Relatório Base
- Volume III - Anexos

O Proponente do projeto é a **Water View, S.A.**, proprietária da Quinta da Rocha, onde o projeto se irá desenvolver.

A entidade licenciadora é a Câmara Municipal de Portimão (CMP), e a autoridade de AIA é a **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR-Algarve)**.

A elaboração do RECAPE é da **responsabilidade técnica da empresa Outras Paisagens - Projetos de Arquitectura Paisagista, Unipessoal Lda** e decorreu entre Janeiro de 2021 e dezembro de 2022.

2. ANTECEDENTES DO PROJETO

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) segue-se a uma Proposta de Definição de Âmbito, cuja decisão administrativa refere que cumpre, na generalidade, as normas técnicas relativas à estrutura, metodologia e conteúdo, recomendando que o EIA integre as indicações resultantes da apreciação da Comissão de Avaliação, corrigindo e colmatando os aspetos por esta identificados.

Em dezembro de 2017, foi realizada uma consulta prévia às seguintes entidades: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Entidade Regional da Reserva Agricultura Nacional do Algarve e Turismo de Portugal I.P.

O projeto foi também precedido de um processo administrativo relativo ao procedimento de concurso para a concretização de um Núcleo de Desenvolvimento Turístico na Unidade Territorial do Litoral Sul e Barrocal, entre 2013 e 2016, o qual não foi concluído.

A DIA define uma série de condicionante e elementos a apresentar, cuja demonstração dever ser apresentada em sede de RECAPE, conjuntamente como o Projeto de Execução, ao abrigo do RJAIA.

Assim, no presente RECAPE pretende-se demonstrar o cumprimento das condicionantes, elementos a apresentar, medidas de minimização e programas de monitorização, através da indicação discriminada das considerações tomadas e da forma como foram concretizadas as disposições constantes da DIA.

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O Projeto localiza-se na Quinta da Rocha, a Sul da localidade da Mexilhoeira Grande, na freguesia da Mexilhoeira Grande, no concelho de Portimão, distrito de Faro (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**), abrangendo parte da península da ria de Alvor, entre o rio Alvor e a ribeira de Odiáxere, e corresponde predominantemente a uma unidade agropecuária, dominada por terrenos agrícolas.

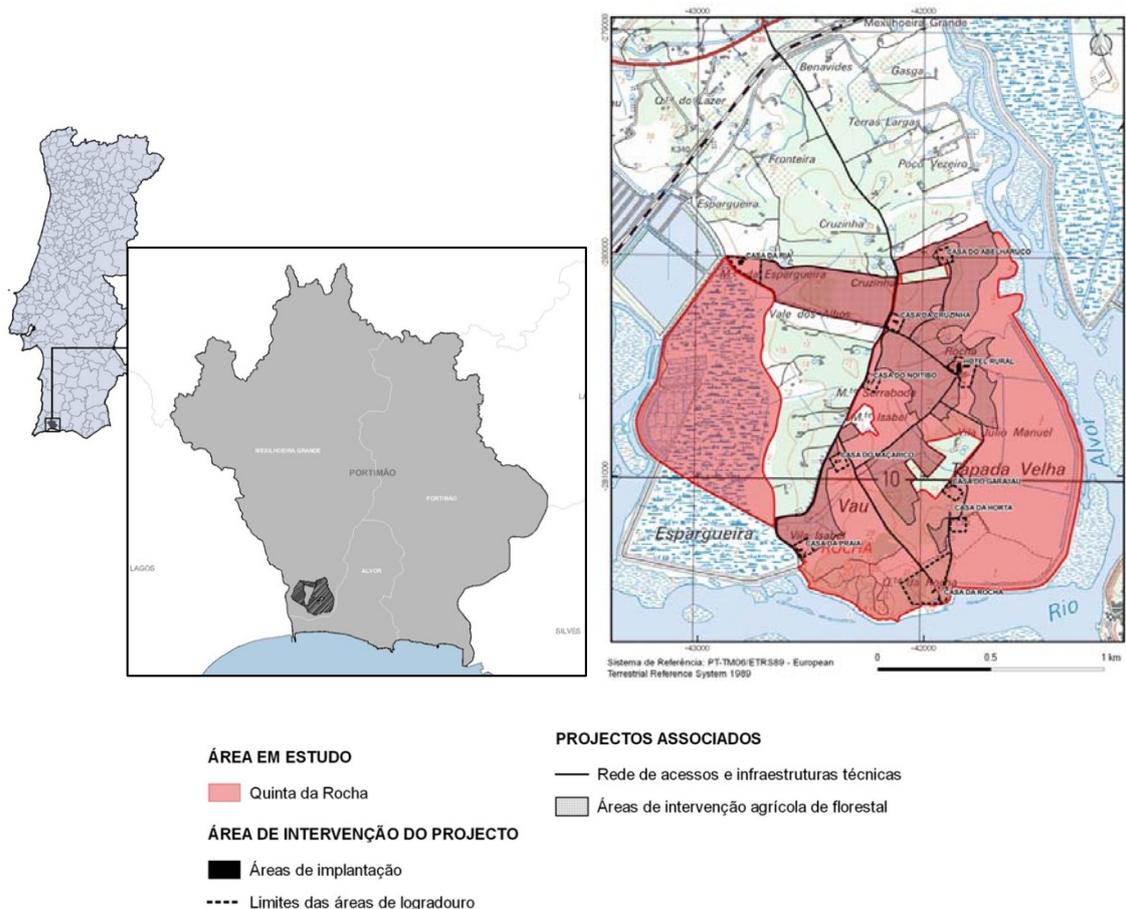


Figura 1 – Localização da área de estudo e área de intervenção do projeto à escala local, regional e nacional

3.2. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

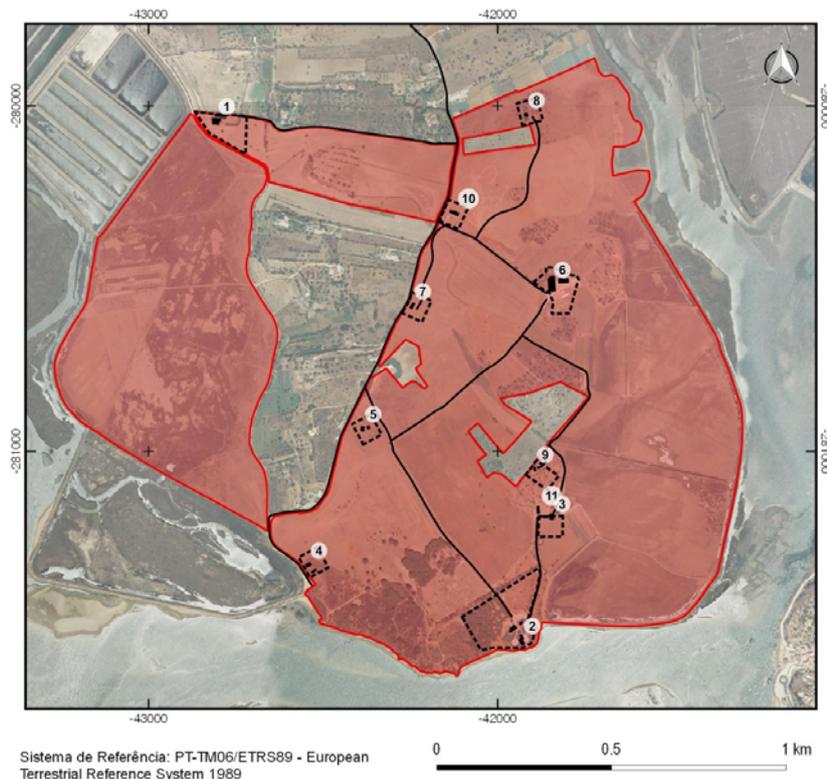
O Projeto visa a **reconstrução das construções existentes** na Quinta da Rocha, e tem por objetivos o desenvolvimento integrado de várias componentes da Quinta da Rocha, nomeadamente: a componente agrícola, a biodiversidade e a ocupação turística, que traduza um conceito de turismo de experiências e sensorial.

Neste contexto, prevê-se a estabilização de todas as construções dispersas no território através de uma sistematização formal, espacial e construtiva, por forma a garantir um forte carácter unitário na reutilização/atualização das técnicas e sistemas construtivos com terra, nomeadamente a taipa e o adobe. Esta estratégia para o desenvolvimento futuro do projeto procura evidenciar e valorizar na sua essência a especificidade do lugar e o modo intemporal de construir. Assim, pretende-se preservar a memória do sítio, através das construções domésticas e unidades produtivas que compõem a Quinta da Rocha.

3.3. CARATERISTICAS DO PROJETO

O presente projeto pretende implementar um empreendimento de Turismo em Espaço Rural, que incluirá um Hotel Rural, e 9 unidades de Casas de Campo num número total de 64 camas; e tem como projetos associados a rede de infraestruturas prevista.

As edificações estão dispersas pela propriedade, agrupadas em cerca de 10 núcleos, num total de 18 edificações, com uma área bruta de construção de 3.238 m², distribuídos por uma área de 199,168ha. **O projeto não prevê a ampliação das áreas construídas, mas apenas a recuperação e utilização das edificações pré-existentes.** Assim, o empreendimento prevê o desenvolvimento das seguintes tipologias de Turismo em Espaço Rural: uma unidade de Hotel Rural, com 12 quartos, e 9 unidades de Casas de Campo, com a criação de um número total de 64 camas. A localização destas unidades pode observar-se na figura seguinte.



ÁREA EM ESTUDO

Quinta da Rocha

ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJECTO

Áreas de implantação

Limites das áreas de logradouro

- | | |
|----------------------|------------------------|
| 1 - Casa da Ria | 7 - Casa do Noitibó |
| 2 - Casa da Rocha | 8 - Casa do Abelharuco |
| 3 - Casa da Horta | 9 - Casa do Garajau |
| 4 - Casa da Praia | 10 - Casa da Cruzinha |
| 5 - Casa do Maçarico | 11 - Apoio Agrícola |
| 6 - Hotel Rural | |

Figura 2 – Planta com a área de estudo e de implantação do projeto.

Como referido anteriormente, "o projeto para a Quinta da Rocha não assenta numa base livre que permita a projeção "ex novo". Assenta na manutenção do existente.

Para a reconstrução das ruínas é proposta a manutenção dos pormenores construtivos e elementos característicos da arquitetura tradicional existente. Assim, espalhadas pelo vasto terreno da propriedade, as casas terão tipologias T1 a T6, com alojamento sempre em suite, cozinha, uma área de estar e de refeições, uma área exterior de solário e em alguns casos piscina. Apesar da homogeneidade em termos de funções, estilo arquitetónico e decoração, as restrições atrás descritas originarão layouts distintos.

Existirão, no total, nove Casas de Campo:

- Quatro T1;
- Dois T2 com área de estar separada;
- Um T3;
- Um T6

3.3.1. Adequação às infraestruturas e redes existentes

Pretende-se promover a **mobilidade** na Quinta da Rocha, quer ao nível da circulação viária, quer na circulação pedonal, dotando-a de uma “imagem” rural que a qualifique, sem descurar os elementos essenciais que permitem a identificação desta área tão rica a nível ambiental. Assim, o empreendimento será dotado por uma rede viária interna, cuja implantação corresponde a uma manutenção da rede existente com pequenas adaptações à topografia, minimizando o impacto causado, gerindo de forma conveniente a funcionalidade entre os diferentes espaços. Em linhas gerais a elaboração do projeto tenta conjugar a melhor solução técnica com o adequado uso dos recursos disponíveis subjugando-se às condicionantes locais existentes. Consequentemente, os critérios de trabalho foram baseados na adoção de soluções que signifiquem:

- Conforto e segurança para os utentes;
- Mínimo impacte da zona afetada;
- Mínima afetação dos terrenos limítrofes;
- Utilização de materiais locais e equipamentos de fácil disponibilidade;
- Mínimas alterações das funções normais da área, durante a construção da obra.

A escolha e conceção dos pavimentos tem como objetivo a criação de uma superfície que possibilite a circulação com segurança e comodidade, assim, para as diversas ligações será aplicada uma solução de saibro estabilizado cuja necessidade de manutenção é menor, reduz poeiras, preserva o aspeto natural, apresenta uma boa resistência às diversas condições atmosféricas e impede o crescimento de infestantes. Consoante a relevância de cada acesso e as respetivas necessidades de capacidade de suporte adotaram-se distintas estruturas de pavimento. Assim, para o acesso principal, onde se prevê a circulação esporádica de veículos pesados, como os de manutenção (lixo e mercadorias) a solução adotada é mais robusta estruturalmente, acondicionando uma espessura de saibro maior que para os acessos secundários onde se prevê a circulação de veículos ligeiros. Para o acesso pedonal a solução perde ainda mais robustez, pela inexistência de capacidade portante.

O conceito de **integração paisagística** insere-se num programa de Ordenamento e de Gestão Ambiental, que assegura não só um enquadramento cénico, como o aproveitamento dos recursos biológicos e paisagísticos existentes, e a integração da componente agrícola.

Assim sendo terá como preocupações subjacentes:

- A integração e reaproveitamento das espécies existentes na propriedade, potenciando a sua presença;
- a criação de um espaço diversificado e bem adaptado às condições edafo-climáticas da região, recorrendo principalmente a espécies indígenas de Portugal Continental;
- Uma distribuição espacial das diversas zonas /espécies adaptadas à topografia e ocupação atual do terreno em estudo;
- A seleção de espécies que apresentem multiplicidades de usos enquadrados nos objetivos do Empreendimento de Turismo em Espaço Rural (Empreendimento TER) – características cénicas, aromáticas que, em simultâneo, oferecem a possibilidade de transformação, favorecendo a vertente terapêutica através da vivência em espaço natureza;
- Adoção de soluções paisagísticas que optem pela seleção de espécies vegetais autóctones adaptadas às condições edafo-climáticas do local, à reabilitação ambiental e paisagística de áreas que o requeiram e garantam a manutenção dos valores naturais e paisagísticos em presença.

A área do TER é um espaço que se pretende maioritariamente com caracter mediterrânico, tirando-se partido de elementos de rusticidade, que o fazem confundir e fundir-se com a paisagem que o rodeia. A paisagem envolvente das casas é de tal forma única e inspiradora que a intervenção proposta é no sentido de preservar a mesma, as vistas e valorizar todo o enquadramento dos elementos construídos.

Assim considerou-se o dimensionamento das áreas verdes ajustado à situação existente, às necessidades, à escala do projeto e vivência do espaço.

O projeto foi desenvolvido numa perspetiva de minimização de impactes, patente no facto de consistir da recuperação do edificado existente, sem novas construções, mas também no facto de os acessos previstos consistirem numa melhoria dos acessos existentes e de as infraestruturas estarem projetadas ao longo desses acessos.

Ao nível das **infraestruturas das Instalações elétricas** a realizar nos arruamentos prevê-se a instalação de Postos de Transformação de Distribuição (PTD's) de Serviço Público, sendo a potência total estimada para o empreendimento de 658,85 kVA, e alimentação em anel de Média Tensão (MT) de 15 kV, a partir da rede MT existente, que irá percorrer os postos de transformação de distribuição de serviço público. Para o

Hotel Rural, a alimentação será executada em MT através de um Posto de Transformação privado que será inserido no anel de MT a construir no interior do empreendimento.

Propõe-se para a iluminação exterior uma solução sustentável, optando-se por luminárias solares, podendo incorporar sensor de movimento e baterias que lhe permitem estar toda a noite ligadas.

As infraestruturas privadas para **telecomunicações** contemplarão a rede de tubagens e câmaras de visita e a rede de cabos necessárias às instalações de telecomunicações, prevendo-se um ponto de ligação à rede pública existente. Será previsto um Armário de Telecomunicações da Urbanização (ATU) que fará a interligação das ITUR públicas com as redes de cabos da ITUR Privada.

Foi previsto um sistema de energias renováveis através de **painéis solares fotovoltaicos** para produção de energia elétrica para autoconsumo. Esta solução de energias renováveis além de ter um grande impacto na classe energética, tem também grande impacto na redução dos consumos de energia.

Com a disposição de painéis solares fotovoltaicos, é possível obter a classe energética A. Estes dispositivos irão ter uma inclinação de 13 graus de forma a maximizar a sua eficiência.

Relativamente às **Infraestruturas de abastecimento de água** a área é atualmente servida por soluções autónomas e independentes de abastecimento de água (furos e poços), com todas as desvantagens inerentes a essa solução, relacionados com a má qualidade dos furos e poços e também com a necessidade de recorrer a tratamentos adequados para utilização desta água para consumo humano. Apesar da construção deste empreendimento turístico não aumentar a área construída, irá seguramente aumentar os consumos de água que atualmente existe.

Assim sendo, propomos servir este empreendimento a partir da infraestrutura pública de abastecimento de água de Portimão. Para esse efeito, deverá ser feita uma picagem à rede existente na EN125 e a partir deste ponto uma nova rede para alimentar o futuro empreendimento e todas as habitações existentes nessa zona sem infraestrutura pública de água.

Na proposta apresentada temos como princípio garantir a rede de infraestrutura pública de água até ao limite da propriedade que irão estar distribuídos pelos arruamentos existentes dentro deste empreendimento.

Na ausência de **rede de drenagem** municipal o projeto preconiza a seguinte solução, que prevê:

- Serão implementados sistemas de descarga do efluente no meio recetor, com dispositivo de infiltração adequado (trincheiras de infiltração ou poço absorvente) ou valas de evapotranspiração, aproveitando os locais das fossas sépticas atualmente existentes em todas as casas, sem ocupação de novas áreas.

- No Hotel Rural será desenvolvida a solução de ligação à infraestrutura pública a partir na EN125, através da estrada e caminhos existentes, com a colocação de uma estação elevatória no armazém, prédio inscrito no artigo 3260, que irá manter-se com essa função.

De acordo com os pressupostos da intervenção não será instalada rede de drenagem de águas pluviais ao longo dos arruamentos, devendo o perfil longitudinal e transversal das vias criar condições para permitir o livre escoamento das águas superficiais.

A **água para serviço de incêndio** a prever ao longo dos arruamentos será assegurada pela rede de abastecimento de água, prevendo-se para o efeito a localização de bocas-de-incêndio em locais estratégicos, a dispor ao longo dos acessos internos.

As bocas-de-incêndio a colocar serão do tipo “Bocas-de-incêndio de passeio”, colocadas á margem dos arruamentos.

De acordo com o regulamento geral dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, a área em estudo é considerada como zona de risco de GRAU 1 – “Zona urbana de risco mínimo de incêndio, devido à fraca implantação dos edifícios, predominantemente do tipo familiar”.

No que respeita ao **estacionamento**, propõe-se uma área com 16 lugares de estacionamento para ligeiros de passageiros (>1 lugar por cada 2 camas do estabelecimento hoteleiro na modalidade de hotel rural) e a dispensa de área específica para estacionamento de veículos pesados e de passageiros por se entender que a localização e dimensão da unidade hoteleira não justificam tal infraestrutura, e o espaço disponível que circunda as construções é suficiente para garantir o acesso.

A proposta faz a manutenção dos caminhos existentes garantindo a possibilidade de acesso, estacionamento e manobra das viaturas de socorro a uma distância não superior a 30m dos edifícios que faça parte dos caminhos de evacuação, visto tratar-se de construções apenas com piso térreo e uma vez que a dimensão do espaço exterior e a reduzida circulação viária inerente à diminuta capacidade do estabelecimento hoteleiro (24 camas), permitirão por si só assegurar a existência de uma área desafogada para circulação e estacionamento daqueles veículos de emergência.

Estando na presença de edifícios de baixa altura (apenas piso térreo – $h < 9m$) não obrigam a “faixa de operação” para estacionamento, manobra e operação de veículos de socorro.

As condicionantes das vias públicas (Caminho da Rocha e Caminho das Espargueira), impostas na legislação em vigor encontram-se cumpridas – largura mínima de 3,5m, altura útil de 4m, capacidade de suportar um veículo com peso total de 130KN - correspondendo a 40KN à carga do eixo dianteiro e 90KN à do eixo traseiro. Nos arruamentos privados as vias possuem a largura de apenas 3m. De forma a

compensar esta não conformidade, foram criadas bolsas para facilitar o cruzamento de viaturas, caso seja necessário.

Dentro da propriedade, é objetivo criar condições físicas para que seja permitido que as zonas exteriores destinadas às operações de socorro, bem como as respetivas vias de acesso, se mantenham permanentemente desimpedidas.

Todos os edifícios possuem acessibilidade às suas fachadas. A penetração ao seu interior encontra-se facilitada já que se encontram ao nível térreo.

Estas fachadas comunicam com o exterior e permitem a acessibilidade ao interior dos edifícios para efeitos de combate e salvamento de pessoas.

No que respeita ao estacionamento das Casas de Campo, prevê-se que o mesmo tenha lugar na estrutura viária de acesso a cada unidade.

A execução da empreitada de empreendimento TER irá requerer um estaleiro de apoio à reconstrução do edificado existente (casas de campo e hotel rural), bem como à implementação das infraestruturas técnicas necessárias. Este estaleiro poderá ficar localizado no interior do logradouro do Hotel Rural, num terreno aparentemente sem utilização e que no projeto se destinará ao parque de viaturas dos clientes. Este local terá como principal objetivo o estacionamento das viaturas de apoio à construção, numa área que se estima na ordem de 1000 m², e incluirá contentores de escritórios e locais de armazenamento temporário de material, produtos químicos e resíduos.

Este local é próximo do arruamento existente, denominado Caminho da Rocha, e junto do caminho existente, a beneficiar, o que minimizará os impactes da empreitada. Simultaneamente, os caminhos a utilizar na fase de construção serão os existentes na Quinta da Rocha.

3.4. PROGRAMAÇÃO TEMPORAL

Estima-se uma duração da fase de construção de 12 meses, desde o início da obra até à abertura do empreendimento. Durante este período prevê-se que o empreiteiro trabalhe 8 horas por dia, no período diurno, 5 dias por semana, de segunda a sexta-feira.

Em termos de fase de construção, tendo em consideração os trabalhos de reconstrução das preexistências na propriedade Quinta da Rocha, bem como a execução das infraestruturas técnicas necessárias, sendo de considerar outras atividades, nomeadamente as preparatórias da empreitada a realizar, por exemplo mobilização de equipamentos e o estabelecimento do estaleiro, pelo que a calendarização prevista será:

- Início previsto para a construção: janeiro 2024;

- Início previsto para a exploração: fevereiro 2025.

Tendo por base o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira do Empreendimento TER Quinta da Rocha (setembro de 2018), que considera uma data de abertura do empreendimento de 24 meses após a aprovação do Licenciamento. Esta calendarização será ajustada, caso necessário, no decurso do desenvolvimento da Estratégia de Licenciamento do Projeto.

4. CONFORMIDADE DO PROJETO DE EXECUÇÃO COM A DIA

A conformidade do projeto de execução com a DIA é fundamentada nas seguintes secções:

Alteração no desenvolvimento do Estudo Prévio (EP) a Projeto de Execução;

Cumprimento da DIA (Condicionantes, Medidas de Minimização/ Potenciação/ Compensação e Planos de Monitorização/ Acompanhamento Ambiental/ Outros).

5. ALTERAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO EP A PE

De seguida, apresenta-se uma síntese das principais alterações introduzidas no projeto em fase de EP (sujeito a AIA) até à definição do atual PE, alvo do presente RECAPE:

- No projeto de arquitetura paisagista foi desenvolvido o conceito para os logradouros e não será desenvolvido o projeto agrícola

De um modo geral mantiveram-se os princípios e objetivos do projeto, tendo sido a maioria das alterações ao EP resultou da necessidade em dar resposta às solicitações ou preocupações expressas na Declaração de Impacte Ambiental (DIA).

Complementarmente, procedeu-se a uma breve atualização de alguns dos aspetos ambientais da área de implantação do Projeto, através da atualização da pesquisa documental e reconhecimentos de campo, com o objetivo de suportar as questões levantadas na DIA.

As alterações introduzidas no projeto de Execução não originam novos impactes, nem agravam os anteriormente identificados, sendo enquadráveis na avaliação anteriormente efetuada, no âmbito do AIA.

6. CONFORMIDADE DO PROJETO COM A DIA

No decorrer do presente RECAPE foi verificado que o projeto cumpre as condições fixadas na DIA. No Projeto de Execução foram integradas as medidas de minimização no desenvolvimento do projeto, e foi dando cumprimento às condicionantes da DIA, ao parecer da Comissão de Avaliação (CA) e elaborados estudos de modo a dar cumprimento ao referido na DIA e pela CA.

De entre os estudos/ Elementos a apresentar à Autoridade de AIA e aos planos a implementar realçam-se os seguintes:

- Relatório Final dos trabalhos Arqueológicos assinado
- Relatório de Geo-Arqueologia
- Projeto de Hidráulicas – Projeto de Redes Prediais de Drenagem de Águas Residuais
- Projeto de Integração Paisagística
- Plano de Gestão de Habitats
- Plano de Gestão Ambiental de Obra, que integra as medidas de minimização e os planos de monitorização
- Plano de Gestão de Resíduos
- Plano de Emergência Interno
- Plano de Integração Paisagística de Obras

Os programas de monitorização a implementar são os seguintes:

- Plano de monitorização de recursos hídricos
- Plano de monitorização de sistemas ecológicos

7. CONCLUSÕES

O principal objetivo do RECAPE consiste em verificar a conformidade ambiental do Projeto de Execução com os critérios estabelecidos na DIA ao Estudo de Impacte Ambiental desenvolvido em fase de Estudo Prévio, emitida em novembro 2019.

Na fase de Projeto de Execução não se verificam alterações significativas, face à proposta apresentada em fase de fase de Estudo Prévio, atendendo ao facto de não se prever aumento de construção, e sim reabilitar ruínas existentes.

No entanto, foram efetuados alguns ajustes decorrentes dos levantamentos topográficos. Foram também efetuados ajustes no uso agrícola proposto, em que se limitou a alguns logradouros, atendendo à sensibilidade ecológica do local como às restrições hídricas.

Procedeu-se a uma breve atualização de alguns dos aspetos ambientais da área de implantação do Projeto, através da atualização da pesquisa documental e reconhecimentos de campo, com o objetivo de suportar as questões levantadas na DIA

Na avaliação efetuada em fase de RECAPE constatou-se que não ocorreram, desde a fase de Estudo Prévio, alterações determinantes no território com implicações no projeto em estudo, tanto ao nível dos instrumentos de gestão territorial, como de servidões e restrições de utilidade pública ou outras condicionantes. Da mesma forma o projeto de execução, agora analisado, não apresenta alterações expressivas que se repercutam em impactes negativos adicionais.

Dando resposta à DIA foram desenvolvidos diversos estudos, focados nas áreas mais relevantes em função características do projeto e do território, que permitem dar resposta ao solicitado nos Elementos a Apresentar na presente fase de RECAPE.

Relativamente às medidas de minimização para esta fase de Projeto de Execução fixadas pela DIA, da análise desenvolvida considera-se que, genericamente o seu cumprimento é garantido tendo sido, dentro das possibilidades técnicas, desenvolvidos os ajustes ao projeto que permitiram a otimização do mesmo.

Do trabalho desenvolvido no âmbito do RECAPE é proposto um conjunto de medidas adicionais. As medidas aplicáveis à fase de obra são anexadas ao Plano de Gestão Ambiental de forma a acautelar que venham a ser respeitadas pelo adjudicatário da obra e assim minimizar os impactes ambientais previstos para a fase de construção.

São propostos os programas de monitorização, no cumprimento do estipulado pela DIA, nos descritores Recursos Hídricos, Alterações Climáticas e Sistemas Ecológicos, que permitirão comprovar os impactes previstos e possibilitar a proposta de medidas corretivas em virtude dos resultados obtidos.

Pelo exposto, as opções do projeto de execução, apoiadas nos estudos realizados nesta fase, nas medidas de minimização de impacte propostas, a par com a implementação de planos e projetos específicos, sustentam a conformidade do Projeto de Execução com as condições estabelecidas na DIA.